

CIÊNCIAS JURÍDICAS**PROVAS DE CONHECIMENTO**

Dia 27/05/2012 - Tarde

	Questões		Questões
Língua Portuguesa	01 a 15	Legislação MPE	21 a 30
Noções de Informática	16 a 20	Noções de Direito	21 a 30
		Conhecimentos Específicos	31 a 60

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO**ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:**

- Verifique se este caderno contém quatro provas, com um total de 60 (sessenta) questões - sequencialmente enumeradas de 1 a 60.
- Caso haja algum problema solicite ao aplicador a substituição deste caderno.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS:

- Confira seu nome e número de inscrição.
- Assine à TINTA no espaço indicado.

AO TRANSFERIR AS RESPOSTAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS DEFINITIVA:

- Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



- Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.
- A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

ATENÇÃO:

Após a prova você só poderá levar consigo o Gabarito Rascunho.

AO TERMINAR AS PROVAS você deve chamar a atenção do aplicador levantando o braço. Ele irá até você para recolher sua FOLHA DE RESPOSTAS e este CADERNO DE PROVAS.

Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que, durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) aparelhos eletrônicos, tais como *bip*, telefone celular, relógio de qualquer espécie, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, *pen drive*, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou moto, controle de portão eletrônico, etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), carteira de dinheiro e armas.

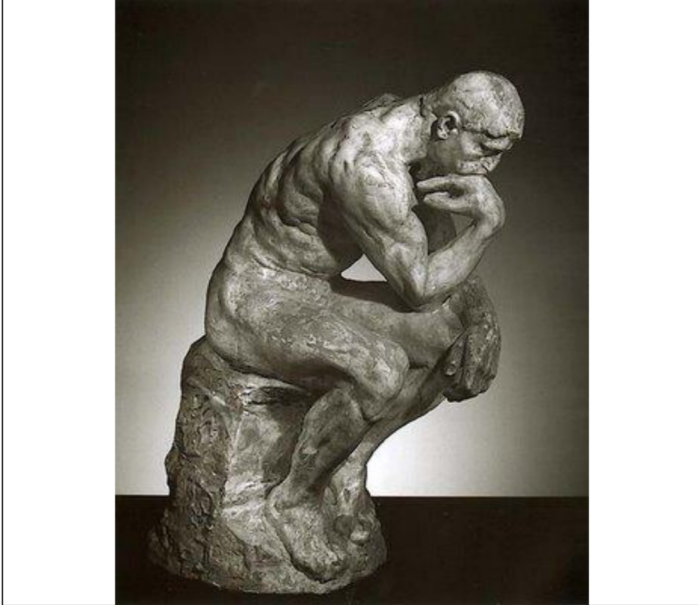
Duração total destas provas, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS QUATRO HORAS

Nome: _____

R.G.: _____

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Observe a imagem da escultura de Rodin, "O Pensador", e responda à questão 01.



Disponível em: <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://3.bp.blogspot.com/>. Acesso em: 19 de abril de 2012. (texto adaptado)

QUESTÃO 01

Leia os enunciados a seguir e assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) "O Pensador" pode representar aquele que tem ideias e pensamentos.
- (B) "O Pensador" pode retratar o ato de pensar como uma especificidade que define o ser humano.
- (C) "O Pensador" pode representar uma qualificação argumentativa do pensar do homem.
- (D) "O Pensador" pode remeter a reflexões profundas sobre determinadas situações humanas.
- (E) "O Pensador" pode imprimir uma mensagem de caráter abstrato e narrativo.

QUESTÃO 02

Leia os enunciados a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

- I. **Cada criança da escola** ganhou um brinde surpresa.
- II. **Qualquer homem** exerce uma atividade digna de respeito.

As expressões em negrito referem-se, respectivamente, às noções de:

- (A) totalidade; indefinição.
- (B) totalidade; generalização.
- (C) indefinição; generalização.
- (D) indefinição; totalidade.
- (E) generalização; indefinição.

QUESTÃO 03

Leia os enunciados a seguir para responder à questão 03.

- I. Se você gosta de comida mexicana, anote esse nome: Lasca do Zé e da Maria.
- II. Abajur de porcelana e bronze: uma peça glamourosa e tropical.
- III. "Brigadeiro puxa-puxa, feito raspa de panela, enroladinho feito bala..."
- IV. **Ela** enfeitou os nobres espanhóis em 1878 e agora desembarca no Brasil para agitar nosso verão. Madame Cloá, o champanhe da vinícula familiar Martan, à venda na Joyce & Cia, nas versões rose e brut.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Os dois pontos utilizados nos itens I e II marcam enumeração.
- (B) É permitido o uso da vírgula entre sujeito e verbo, logo no início do item IV.
- (C) O pronome 'Ela', no item IV refere-se à Joyce & Cia, versões rose e brut.
- (D) As reticências utilizadas no item III sugerem a continuidade e movimento

- (E) O uso da crase no item IV é facultativo, pois pode ser suprimido sem alterar o sentido do enunciado.

Leia o texto a seguir e responda às questões 04, 05 e 06.

O piadista do Vaticano

Poggio Bracciolini redescobriu em documentos antigos a arte de contar piadas e virou o comediante da Renascença

Álvaro Oppermann

Um italiano chega a um mosteiro alemão e pergunta: "Vocês têm livro de humor grego?" Parece anedota, mas situações como essa eram comuns para Gian Francesco Poggio Bracciolini (1380-1459). Secretário de 8 papas, o funcionário graduado do Vaticano aproveitava as viagens de trabalho para praticar seu hobby: vasculhar bibliotecas. Entre pilhas de manuscritos em decomposição, Poggio localizou e copiou valiosas obras de gregos e romanos perdidas havia séculos. Mas seu grande achado foi uma coleção de piadas.

No século 15, **elas** eram mesmo item de colecionador. Abundantes e populares até o fim da Antiguidade - o autor romano Suetônio menciona 150 coletâneas à disposição de seus contemporâneos -, foram sendo banidas e esquecidas, vítimas da moral do cristianismo medieval.

Daí a alegria de Poggio quando encontrou, em um mosteiro no sul da Alemanha, o lendário *Philogelos* ("Amante do Riso"), uma antologia de humor grego do século 4. Seus contos de escatologia, adultério e burrice, **que** hoje eliminariam humoristas do Show do Tom, eram flashbacks hilariantes para a sombria Europa medieval. "Com a divulgação do *Philogelos*, a piada nasceu de novo, e Poggio foi o seu parteiro", escreveu seu biógrafo, William Sheperd, ele mesmo um precursor do humor involuntário.

Em 1451, aos 70 anos, Poggio finalmente publicou sua própria obra humorística. O *Liber Facietiarum* ("Livro da **Jocosidade**"), ou apenas *Facetiae*, era uma coleção em latim de 273 anedotas, a primeira desde o Império Romano. Piadas hoje meio **chochas** ("Como eu quero que o barbeiro corte meu cabelo? Em silêncio!" ou "A esposa convidou o marido para jantar ou fazer amor... e não tinha comida em casa!") tornaram seu autor a sensação nas cortes italianas.

[...]

O piadista do Vaticano morreu em Florença e virou estátua de Donatello. A imagem de Poggio ficou na frente do famoso Duomo até 1569, quando foi parar no topo da fachada da catedral, "**reciclada**" como um dos 12 apóstolos. Poggio, **crítico dos pecados da Igreja**, certamente acharia graça na canonização.

Revista SuperInteressante. Edição 263. Março de 2009. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/cultura/piadista-vaticano-616655.shtml>>. Acesso em: 19 de abril de 2012. (texto adaptado)

QUESTÃO 04

A partir da leitura e interpretação do texto, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Gian Francesco Poggio Bracciolini, secretário de 8 papas, tinha como atribuição, no trabalho, localizar obras raras em bibliotecas e traduzi-las.
- (B) Suetônio, autor romano do século 15, foi mencionado em 150 coletâneas de piadas, que foram banidas e esquecidas por causa da moral do cristianismo medieval.
- (C) *Philogelos*, obra antológica de humor grego do século 4, descreve objetivamente a vida, os costumes e a cultura da época da Europa Medieval.
- (D) William Sheperd, biógrafo e precursor do humor involuntário, defendeu a publicação da obra humorística *Philogelos*.
- (E) *Liber Facietiarum*, obra humorística de Poggio Bracciolini, lançada em meados do século 15, era uma coleção de anedotas em latim.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A palavra 'reciclada', 5º parágrafo, empregada entre aspas, apresenta mais de um sentido denotativo. A acepção, neste caso, refere-se à canonização, título dado pela Igreja Católica em Roma.
- (B) As palavras 'Jocosidade' e 'chochas', 4º parágrafo, podem ser substituídas, respectivamente, sem sofrer alteração de sentido por 'chistoso' e 'fatídicas'.
- (C) As conjunções 'Daí' e 'que', 3º parágrafo, assinalam, respectivamente, relações de explicação e causa/consequência.
- (D) A expressão 'crítico dos pecados da Igreja', 5º parágrafo, é considerada um apostrofo.
- (E) O pronome 'elas', 2º parágrafo, refere-se a valiosas obras de gregos e romanos.

QUESTÃO 06

Leia as assertivas a seguir:

- I. Em: "Com a divulgação do *Philogelos*, a piada nasceu de novo, e Poggio foi o seu parceiro", escreveu **seu** biógrafo, William Sheperd [...]", o pronome 'seu', em negrito, estabelece uma relação de posse.
- II. Na variedade culta, a regência do verbo **chegar**, 1º parágrafo, implica o uso da preposição **a**. No entanto, na variedade coloquial, também ocorre o uso da preposição **em**. Neste caso, pode ser admitido: 'Um italiano chega num mosteiro'.
- III. Em 'A imagem de Poggio ficou na frente do famoso Duomo até 1569, **quando** foi parar no topo da fachada da catedral, [...]', a conjunção 'quando' estabelece uma relação de temporalidade.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) Apenas II está correta.
- (C) Apenas I e II estão corretas.
- (D) Apenas II e III estão corretas.
- (E) I, II e III estão corretas.

Leia o texto para responder às questões 07 e 08.

Conjugador verbal

Com todas as facilidades de pesquisa e de consulta oferecidas pela internet, faltava um banco de dados que reunisse, on-line, as conjugações verbais mais frequentes do idioma. Para suprir essa lacuna, foi lançado o conjugador verbal Cilenis [http://conjugador.cilenis.com], por meio do qual o usuário pode pesquisar os principais verbos da língua portuguesa em todas as suas conjugações. Adaptada ao novo acordo ortográfico, a ferramenta foi desenvolvida para consultas rápidas, sendo muito útil em aulas e em estudos caseiros, dispensando dicionários de papel especializados somente em conjugações.

Revista Língua Portuguesa. Ano 7. N. 76. Fev. de 2012. (texto adaptado)

QUESTÃO 07

Considerando o texto, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Ao afirmar que a nova ferramenta dispensa os dicionários de papel especializados, o autor deixa claro que esses dicionários cairão em desuso.
- (B) O autor se mostra favorável ao uso da nova ferramenta, pois segundo ele, o conjugador verbal pode auxiliar em aulas e estudos caseiros.
- (C) A ferramenta Cilenis [http://conjugador.cilenis.com] auxilia o usuário a tirar dúvidas sobre questões gramaticais variadas.
- (D) A expressão "para suprir" pode ser substituída por "para suprimir" sem alteração de sentido.
- (E) O texto apresenta características informativas sobre a problemática de consultas rápidas e estudos caseiros.

QUESTÃO 08

Em: "Com todas as facilidades de pesquisa e de consulta oferecidas pela internet, **faltava** um banco de dados que reunisse, on-line, as conjugações verbais mais frequentes do idioma.", o emprego do tempo verbal, em negrito, indica:

- (A) uma ação futura que está consumada antes de outra.
- (B) um fato atual, isto é, que ocorre no momento em que se fala.
- (C) um fato habitual e durativo no passado, anterior ao momento em que se fala.
- (D) um fato passado que ocorreu antes de outro também já passado.
- (E) um fato certo ou provável, posterior ao momento em que se fala.

QUESTÃO 09

Aponte a alternativa que completa corretamente as lacunas, segundo a variedade culta da língua portuguesa.

Foram ____ cidade e após ____ reunião, entraram uma ____ uma e assistiram ____ cena em silêncio.

- (A) a, a, a, à.
- (B) à, à, a, à.
- (C) à, a, a, à.
- (D) à, à, a, a.
- (E) a, à, à, a.

Leia a conversa entre os personagens na tirinha Calvin & Haroldo para responder à questão 10.

CALVIN & HAROLD

Bill Watterson



Disponível em: <http://www.google.com.br/imgres?q=regencia+verbal+visar>. Acesso em: 18 de abril 2012. (texto adaptado)

QUESTÃO 10

Levando-se em consideração a variedade culta da língua portuguesa, pode-se afirmar que:

- (A) O verbo assistir (quarto quadrinho), empregado no sentido de ver, é transitivo direto.
- (B) No fragmento "O autor foi premiado?" (segundo quadrinho), o verbo premiar é empregado na voz passiva.
- (C) No fragmento "Há elogios na contra-cap?" (terceiro quadrinho), o verbo haver pode ser substituído por existir, com a seguinte concordância: "Existe elogios na contra-cap?"
- (D) O verbo esperar (primeiro quadrinho), empregado no modo indicativo, denota um fato certo em relação ao que se enuncia.
- (E) No fragmento "Só quero histórias altamente recomendadas!" (terceiro quadrinho), o verbo querer foi empregado no sentido de "desejar" e é um verbo transitivo indireto.

QUESTÃO 11

Considerando-se o Novo Acordo Ortográfico e as mudanças nas regras de acentuação, optou-se por não acentuar

- I. as paroxítonas com e tônico em hiato com final em: creem, leem.
- II. as vogais tônicas i e u nas paroxítonas precedidas de ditongo: feiura, baiuca.
- III. as oxítonas marcadas pelos ditongos em ei e oi: papeis, cauboi.
- IV. as formas verbais terminadas em oo: voo, enjoo.

Assinale a alternativa correta

- (A) apenas I e II estão corretas.
- (B) apenas I e III estão corretas.
- (C) apenas II e III estão corretas.
- (D) apenas I, II e IV estão corretas.
- (E) apenas II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 12

Considere as formas "a, à, há" e assinale a alternativa em que essas formas foram utilizadas segundo a variedade culta da língua portuguesa.

- (A) Ele chegou à meia-noite e já começou à rever os documentos do processo.
- (B) Há muitas crianças no Brasil que necessitam de nossa ajuda.
- (C) Daqui há duas horas, iremos começar os exames de saúde de todos os presentes.
- (D) Prenderam o suspeito que estava sendo procurado pela justiça a anos.
- (E) Compramos o lote a vista na imobiliária.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas, segundo a variedade culta da língua.

Não sei ____ você tem essa opinião. Todos nós já conhecemos o seu _____. Afinal, _____ você veio?

- (A) por que, porquê, por que
- (B) porque, porquê, por que.
- (C) porque, porque, por quê.
- (D) por que, porquê, por quê.
- (E) por que, porque, por quê.

Leia o excerto abaixo para responder à questão 14.

[...]
No fim do dueto...no fim? que dizemos? No fim, não! Em todo ele, de quatro em quatro compassos, rompia da platéia um dilúvio de palmas, que era cousa por maior, e um cão que lá estava latia como um desesperado, em virtude sem dúvida das instruções que recebera. Há animais muito inteligentes!...Desapareceram os dois **palmejados** atores, assobiou o Sr. Pessina, moveram-se as tramóias, e desceu das nuvens uma aldeia; pouco depois entrou o **charlatão** Dulcamara em carro de aluguel puxado por um cavalo magro, trôpego e raquítico, que vinha conduzido pelo freio por duas figuras **heteróclitas**; [...]

BENDER, Flora Christina. Crônica, história, teoria e prática. São Paulo: Scipione, 1993. (texto adaptado)

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa em que as palavras 'palmejados', 'charlatão' e 'heteróclitas', respectivamente, podem ser substituídas sem alteração de sentido no texto.

- (A) aclamados; cínico; recatadas.
- (B) glorificados; ladrão; prosaicas.
- (C) espalmados; vigarista; vulgares.
- (D) festejados; desonesto; dementes.
- (E) aplaudidos; embusteiro; excêntricas.

QUESTÃO 15

Segundo o Manual de Redação da Presidência da República é CORRETO afirmar sobre a definição e finalidade de 'aviso' e 'ofício' que:

- I. quanto a sua forma, aviso e ofício seguem o modelo do padrão ofício, sem o emprego do vocativo, que invoca o destinatário.
- II. ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particularidades.
- III. são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. Uma das diferenças entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades.

- (A) apenas I está correta.
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) I, II e III estão corretas.

PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA

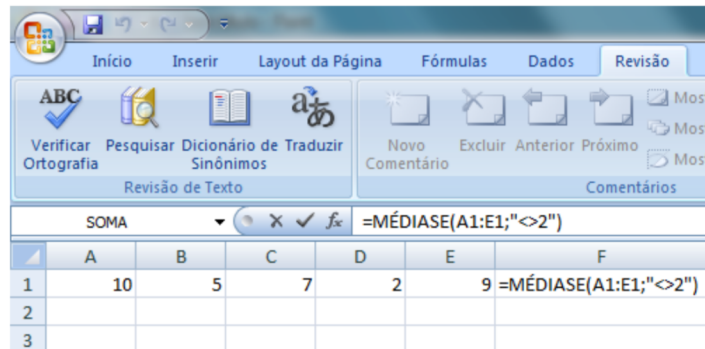
QUESTÃO 16

No Microsoft Office Word 2007, em português, a combinação de teclas que alterna as letras entre maiúsculas e minúsculas é:

- (A) Shift+F3
- (B) Shift+F2
- (C) Ctrl+F3
- (D) Ctrl+F3
- (E) Shift+Ctrl+F2

QUESTÃO 17

A Figura abaixo apresenta uma planilha do Microsoft Office Excel 2007, em português.



Com base nos valores apresentados, o resultado da função MÉDIASE, atribuído a célula F1, será:

- (B) 4,60
- (C) 6,60
- (D) 7,75
- (E) 8,60

QUESTÃO 18

Sobre Internet/Intranet, analise as assertivas a seguir:

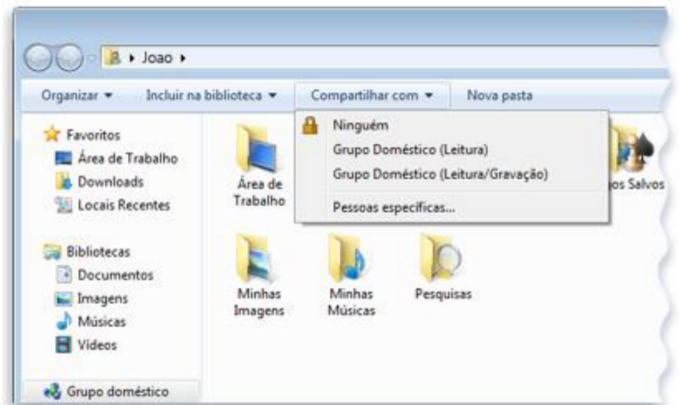
- I. www.mp.to.gov.br é um exemplo de domínio de uma instituição governamental registrada no Brasil;
- II. sites de busca, como Google e Yahoo, servem para procurar páginas na internet a partir de palavras-chave fornecidas pelo usuário;
- III. intranet é uma rede de computadores privada e segura. Por isso, dispensa qualquer tipo de autenticação de usuário;
- IV. o Internet Explorer 8 permite apenas que se navegue na internet por meio do protocolo HTTPS, pois este é mais seguro que o HTTP;

É CORRETO afirmar que:

- (A) Somente as assertivas I e III são verdadeiras
- (B) Somente as assertivas I e II são verdadeiras
- (C) Somente as assertivas II e IV são verdadeiras
- (D) Somente as assertivas I, II e III são verdadeiras
- (E) Somente a assertiva IV é verdadeira

QUESTÃO 19

No Microsoft Windows 7, em português, conforme mostra Figura abaixo, o menu "Compartilhar com" pode ser usado para selecionar arquivos e pastas individuais e compartilhá-los com outras pessoas.



Sobre as opções deste menu, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A opção Grupo Doméstico (Leitura/Gravação) torna um item disponível para o seu grupo doméstico com permissões de leitura/gravação.
- (B) A opção Grupo Doméstico (Leitura) torna um item disponível para o seu grupo doméstico com permissões somente de leitura.
- (C) A opção Ninguém abre o assistente de Compartilhamento de arquivos, de modo que você possa compartilhar com o usuário Ninguém.
- (D) A opção Ninguém torna um item particular, de modo que apenas você tenha acesso.
- (E) Se um arquivo ou pasta não for compartilhado e você optar por compartilhá-lo com Ninguém, será perguntado se você deseja interromper o compartilhamento.

QUESTÃO 20

No sistema operacional Linux, várias tarefas podem ser executadas através de linha de comando. Relacione a primeira coluna com a segunda de acordo com a funcionalidade de cada comando e, depois, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

(1) killall	()	mostra os processos que estão ocupando a maior quantidade de recursos do sistema
(2) top	()	usado para definir permissões de acesso de arquivos ou diretórios
(3) pwd	()	fecha todos os processos por nome
(4) rm	()	mostra o diretório de trabalho atual
(5) chmod	()	utilizado para excluir arquivos

- (A) 1 - 2 - 5 - 4 - 3
- (B) 2 - 1 - 5 - 3 - 4
- (C) 3 - 5 - 2 - 4 - 1
- (D) 2 - 5 - 1 - 3 - 4

PROVA DE LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 21**

Com base na Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público que dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências, responda às questões 21 e 22.

- I. As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas;
- II. O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao Poder Legislativo;
- III. Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, serão entregues até o dia quinze de cada mês, sem vinculação a qualquer tipo de despesa;
- IV. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Executivo mediante controle externo e pelo sistema de controle interno estabelecido na Lei Orgânica;

Marque

- (A) se todas as alternativas estiverem corretas.
- (B) se todas as alternativas estiverem incorretas.
- (C) se somente três alternativas estiverem corretas.
- (D) se somente duas alternativas estiverem corretas.
- (E) se somente uma alternativa estiver correta.

QUESTÃO 22

São deveres dos membros do Ministério Público, além de outros previstos em lei, EXCETO:

- (A) residir, sempre, na respectiva Comarca.
- (B) Indicar os fundamentos jurídicos de seus pronunciamentos processuais, elaborando relatório em sua manifestação final ou recursal.
- (C) Acatar, no plano administrativo, as decisões dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público.
- (D) Assistir aos atos judiciais, quando obrigatória ou conveniente a sua presença.
- (E) Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.

QUESTÃO 23

Com base na Lei Complementar 51 de 02 de janeiro de 2008 e atualizações posteriores, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, responda às questões 23 e 24.

No que versa sobre as funções dos órgãos auxiliares, identifique a resposta INCORRETA:

- (A) A Comissão de Concurso, órgão de natureza permanente incumbido de realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, é presidida pelo Procurador-Geral de Justiça e composta de 3 (três) membros vitalícios da instituição, eleitos pelo Colégio de Procuradores e de 1 (um) representante indicado pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) A remuneração de magistério dos professores que vierem a ministrar cursos no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional que não sejam membros integrantes da carreira do Ministério Público do Tocantins, dar-se-á através de pro labore, fixado o seu valor por resolução do Colégio de Procuradores.
- (C) Os Centros de Apoio Operacionais são órgãos de apoio à atividade funcional do Ministério Público, competindo-lhes, na forma da Lei Orgânica, entre outros: estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área da atividade e que tenham atribuições comuns; remeter informações técnico-jurídicas sem caráter vinculativo aos órgãos ligados à sua atividade.
- (D) Os estagiários do Ministério Público, estudantes de Curso Superior, após credenciamento, serão designados pelo Procurador-Geral de Justiça para o exercício de atividades de aprendizado extracurricular, por período não superior a (3) três anos, sem qualquer vínculo com a Administração Pública.

- (E) As decisões da Comissão de Concurso serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao presidente o voto de desempate.

QUESTÃO 24

Compete, especialmente, ao Procurador-Geral de Justiça ou a seu substituto legal praticar, em nome do Ministério Público, todos os atos próprios de gestão decorrentes de sua autonomia funcional, administrativa e financeira, EXCETO:

- (A) Integrar, como membro nato, e presidir o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Comissão de Concurso.
- (B) Comparecer perante a Assembleia Legislativa ou suas comissões, no prazo de 45 dias, espontaneamente ou sempre que convocado, para prestar informações sobre assuntos previamente determinados.
- (C) Providenciar, observada a legislação em vigor, a instrução dos expedientes relativos a requerimentos e indicações sobre matéria pertinente ao Ministério Público, de interesse da Assembleia Legislativa.
- (D) Tratar diretamente com os Poderes do Estado os assuntos de interesse do Ministério Público.
- (E) Submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça a proposta de criação e extinção de cargos da carreira do Ministério Público e de seus serviços auxiliares, entre outros.

QUESTÃO 25

As questões de 25 a 27 devem ser respondidas tendo como base o Regimento Interno do Ministério Público do Tocantins – MPTO.

Analise as questões acerca da carreira dos servidores de cargos de provimento efetivo:

- I. A remoção voluntária dar-se-á, exclusivamente, por antiguidade;
- II. O servidor efetivo nomeado para cargo de provimento em comissão não poderá optar por perceber, em parcela única, o somatório entre o subsídio de seu cargo e o valor da correspondente representação;
- III. Aprovado no Estágio Probatório o servidor será automaticamente promovido verticalmente para o padrão imediatamente seguinte ao inicial do cargo e da classe em que se encontra;
- IV. A avaliação periódica será realizada por Comissão de Avaliação de Desempenho, conforme regulamentação expedida por ato do Procurador-Geral de Justiça. Serão avaliados os servidores efetivos, excluídos os que se encontrarem no exercício de cargo em comissão;

Marque

- (A) se todas as alternativas estiverem corretas.
- (B) se todas as alternativas estiverem incorretas.
- (C) se somente três alternativas estiverem corretas.
- (D) se somente duas alternativas estiverem corretas.
- (E) se somente uma alternativa estiver correta.

QUESTÃO 26

Acerca da estrutura dos órgãos que compõem o Ministério Público do Tocantins é correto afirmar, EXCETO:

- (A) Ao Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins incumbe, entre outros, gerir os recursos materiais e humanos a serem alocados para as atividades de apoio ao Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça.
- (B) São cargos de provimento em comissão: Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins; Diretor-Geral; Assessor Especial; Assessor Técnico; Assessor Jurídico; Presidente da Comissão Permanente de Licitação; Diretor de Departamento; Encarregado de Área; Assistente de Gabinete; Motorista de Representação, Agente de Serviços e Secretário.
- (C) A Administração do Ministério Público do Estado do Tocantins tem a seguinte estrutura organizacional: Procuradoria-Geral de Justiça; Colégio de Procuradores de Justiça; Centros de Estágio; Conselho Superior do Ministério Público; Corregedoria-Geral do Ministério Público; Procuradorias de Justiça e Promotorias de Justiça.
- (D) As Promotorias de Justiça serão integradas por Gabinetes de Promotor de Justiça, sendo que, não dispondo a lei em contrário, cada cargo de Promotor de Justiça corresponderá a uma Promotoria de Justiça.
- (E) As Procuradorias de Justiça serão integradas por Gabinetes de Procurador de Justiça, sendo que, não dispondo a lei em contrário, cada cargo de Procurador de Justiça corresponderá a uma Procuradoria de Justiça.

QUESTÃO 27

Das atribuições dos órgãos pode-se afirmar que, EXCETO:

- (A) Compete ao Departamento de Expediente, entre outros: controlar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério Público do Tocantins.
- (B) Compete à Assessoria Especial de Cerimonial, prestar assessoramento direto ao Procurador-Geral de Justiça no que se referir a protocolo e cerimonial, entre outros.
- (C) Compete à Assessoria Especial Jurídica: elaborar denúncias nos casos de atribuição exclusiva do Procurador-Geral, entre outros.
- (D) Compete à Área de Registro, Distribuição e Diligência da Procuradoria Geral de Justiça: elaborar atos para cumprimento das decisões proferidas em autos com tramitação na referida área, entre outros.
- (E) Compete ao Analista Ministerial executar, sob supervisão dos Promotores de Justiça, tarefas relacionadas com a atividade-meio e a atividade-fim do Ministério Público.

QUESTÃO 28

Com fulcro na Lei n° 8.429 de 1992 e alterações posteriores, responda às questões 28 e 29.

Marque a afirmativa CORRETA:

- (A) Cabe afirmar que a improbidade administrativa viola direta ou indiretamente o princípio da moralidade administrativa.
- (B) A improbidade administrativa encontra-se prevista exclusivamente nesta lei.
- (C) Os atos de improbidade atingem somente entidades que integram o Poder Executivo.
- (D) A entidade que tenha menos da metade do seu patrimônio, ou da sua receita anual, constituída de dinheiro ou bens do governo não pode ser vítima de ato de improbidade.
- (E) Partidos políticos não podem sofrer atos de improbidade administrativa.

QUESTÃO 29

Analise as assertivas e classifique-as como verdadeiras - V ou falsas - F.

- I. As empresas privadas que tenham sido favorecidas com isenção fiscal, isto é, exoneradas do pagamento de imposto federal, estadual ou municipal, de caráter genérico ou amplo, podem ser vítimas de improbidade administrativa;
- II. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, a Caixa Econômica Federal – CEF; o Banco do Brasil; a Fundação Nacional do Índio – Funai; o Serviço Social da Indústria – SESI podem ser sujeitos passivos de atos de improbidade administrativa;
- III. A pessoa física nunca poderá ser sujeito passivo de ato de improbidade;
- IV. É cabível aplicar a Lei de Improbidade Administrativa a quem não é nela qualificado como agente público;
- V. Em qualquer hipótese, o beneficiário de um ato de improbidade administrativa deve responder na forma da Lei n° 8.429/1992;

Marque a sequência CORRETA:

- (A) V, V, V, F, F
- (B) F, V, V, V, V
- (C) F, V, V, V, F
- (D) V, F, F, V, F
- (E) V, V, F, F, F

QUESTÃO 30

Analise as assertivas tendo como referência o título da defesa do estado e das instituições democráticas, do estado de defesa e do estado de sítio como prescreve a Constituição Federal.

- I. O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem;
- II. O tempo de duração do estado de defesa nunca será superior a trinta dias, pois, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação deverá ser decretado o estado de sítio;
- III. Restrições aos direitos de reunião, ainda que exercida no seio das associações; incomunicabilidade dos presos, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação telegráfica e telefônica são medidas coercitivas possíveis de vigorarem durante o estado de defesa;

- IV. O Congresso Nacional permanecerá em funcionamento até o término das medidas coercitivas, em caso de estado de sítio;
- V. A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, entre outros, a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

Marque a sequência CORRETA:

- (A) F, V, V, F, F
- (B) F, V, V, V, F
- (C) V, F, F, F, V
- (D) F, V, F, V, F
- (E) V, F, F, V, V

PROVA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**QUESTÃO 31**

A Constituição do Estado do Tocantins estabelece as Funções Essenciais à Administração da Justiça. Sobre esta Constituição Estadual e o Órgão do Ministério Público, analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

- I. São funções institucionais do Ministério Público, dentre outras: promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta e na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia; promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos nesta Constituição;
- II. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira;
- III. O Ministério Público tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador dentre os indicados em lista triíplice, composta, na forma da lei, por integrantes da carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- IV. Aos membros do Ministério público são previstas as garantias da vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo, senão por sentença judicial transitada em julgado; e da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público;

- (A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- (C) Somente o item II está errado.
- (D) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 32

A Constituição do Estado do Tocantins estabelece as seguintes vedações aos membros do Ministério Público, EXCETO:

- (A) Exercer atividades político-partidárias, salvo exceções previstas em lei.
- (B) Exercer a função de magistério.
- (C) Exercer a advocacia.
- (D) Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagem ou custas processuais.
- (E) Participar de sociedade comercial, na forma da lei.

QUESTÃO 33

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são atribuições do Congresso Nacional, EXCETO:

- (A) Dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.
- (B) Dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre autorizações de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (C) Dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre concessão de anistia

- (D) Dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre transferência temporária da sede do Governo Federal.
- (E) Dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União.

QUESTÃO 34

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são atribuições do Presidente da República:

- (A) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- (B) Convocar e presidir o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho de Defesa Nacional.
- (C) Prestar, anualmente, ao Senado Federal, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- (D) Enviar à Câmara dos Deputados Federais o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição.
- (E) Nomear, após aprovação na Câmara dos Deputados Federais, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.

QUESTÃO 35

De acordo com a Constituição Federal de 1988:

- (A) A soberania e a cidadania são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988.
- (B) A dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil.
- (C) Construir uma sociedade livre, justa e solidária e garantir o desenvolvimento nacional são fundamentos previstos no artigo 1º da Constituição Federal de 1988.
- (D) A soberania é um objetivo da República Federativa do Brasil prevista no artigo 3º da Constituição Federal de 1988.
- (E) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais não são objetivos da República Federativa do Brasil.

QUESTÃO 36

De acordo com o *caput* do art. 37, da Constituição Federal de 1988, são princípios expressos norteadores da Administração Pública:

- (A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) Legalidade, impessoalidade, urbanidade, publicidade e eficiência.
- (C) Legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) Legalidade, impessoalidade, moralidade, razoabilidade e eficiência.
- (E) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e proporcionalidade.

QUESTÃO 37

Quanto aos atos praticados pela Administração Pública é cediço que

- (A) podem ser anulados pela Administração Pública, ainda que não estejam eivados de vícios.
- (B) podem ser revogados em razão de vícios que os tornem ilegais.
- (C) podem ser revogados pela Administração Pública por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (D) podem ser anulados pela Administração Pública e revogados pelo Poder Judiciário.
- (E) podem ser anulados e revogados pela Administração Pública por vícios que os tornem ilegais, respeitados os direitos adquiridos em ambos os casos.

QUESTÃO 38

Sobre a Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:

- I. Na fixação das penas previstas nesta Lei, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente;
- II. O responsável pelo ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública está sujeito às cominações de ressarcimento integral do dano, se houver; suspensão da função pública; cassação dos direitos políticos de três a cinco anos; pagamento de multa civil de até cinquenta vezes o

com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos;

III. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às penas previstas nesta Lei, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato;

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (E) Apenas o item III está correto.

QUESTÃO 39

De acordo com a Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública):

- (A) É dispensável a licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública e inexigível quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (B) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição e dispensável para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (C) É inexigível a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem e dispensável quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (D) É dispensável a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento e inexigível para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- (E) É dispensável a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem e inexigível nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

QUESTÃO 40

De acordo com a Lei nº 1.818/2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, marque a alternativa CORRETA:

- (A) Para a Lei são causas que ensejam o afastamento do servidor público: participar de missão oficial no exterior e por motivo de doença de pessoa da família, limitado em doze meses.
- (B) A Lei prevê a nacionalidade brasileira, o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, a quitação com as obrigações militares e eleitorais e a suspensão dos direitos políticos como requisitos básicos para investidura em cargo público.
- (C) Para a Lei são formas de provimento de cargo público a nomeação, a readaptação, a reversão, a reintegração, a recondução e a remoção.
- (D) Sobre a posse, a lei dispõe que esta é efetivada por meio de assinatura em termo específico e ocorre no prazo de 40 dias, contados da promulgação do ato de nomeação, podendo ser prorrogado por igual período de ofício ou a critério da Administração Pública, mediante requerimento escrito do interessado.
- (E) Nos termos da Lei, o servidor em estágio probatório não pode exercer qualquer cargo de provimento em comissão ou função de chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.

QUESTÃO 41

De acordo com o Código Civil, NÃO são pessoas jurídicas de direito privado

- (A) as associações.
- (B) as sociedades simples.
- (C) as sociedades empresariais.
- (D) as empresas individuais de responsabilidade limitada.

QUESTÃO 42

Nos termos da lei civil considera-se pagamento, e extingue a obrigação, o depósito judicial ou em estabelecimento bancário da coisa devida, nos casos e forma legais. Sobre a consignação em pagamento, esta NÃO é cabível:

- (A) Se os bens, hipotecados ou empenhados, forem penhorados em execução por outro credor.
- (B) Se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos.
- (C) Se o credor for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil.
- (D) Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento.
- (E) Se pender litígio sobre o objeto do pagamento.

QUESTÃO 43

São impedidos de contrair matrimônio:

- (A) O viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.
- (B) A viúva, ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez, ou da dissolução da sociedade conjugal.
- (C) O cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.
- (D) O divorciado, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal.
- (E) O tutor ou o curador e os seus descendentes, ascendentes, irmãos, cunhados ou sobrinhos, com a pessoa tutelada ou curatelada, enquanto não cessar a tutela ou curatela, e não estiverem saldadas as respectivas contas.

QUESTÃO 44

No Processo Civil, é CORRETO afirmar que:

- (A) Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, será considerado litisconsorte.
- (B) Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer assistência.
- (C) Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá oferecer oposição ao proprietário ou ao possuidor.
- (D) A denunciação da lide é obrigatória ao proprietário ou ao possuidor indireto quando, por força de obrigação ou direito, em casos como o do usufrutuário, do credor pignoratício, do locatário, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse direta da coisa demandada.
- (E) É admissível a nomeação à autoria na ação em que o fiador for réu.

QUESTÃO 45

No Processo Civil compete ao Ministério Público intervir:

- I. Nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural;
 - II. Nas causas em que há interesses de incapazes;
 - III. Nas causas concernentes ao estado da pessoa;
 - IV. Nas causas concernentes ao poder familiar;
- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 - (C) Apenas os itens I e IV estão corretos.
 - (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
 - (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 46

Segundo as regras do Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for o Ministério Público.
- (B) O Ministério Público deve restituir os autos no prazo legal. Não o fazendo, mandará o juiz, de ofício, riscar o que neles houver escrito e desentranhar as alegações e documentos que apresentar.
- (C) É lícito a qualquer interessado cobrar os autos ao Ministério Público que exceder o prazo legal. Se, intimado, não os devolver dentro em 24 (vinte e quatro) horas, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa, correspondente à metade do salário mínimo vigente na sede do

- (D) No Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e dos Territórios, consideram-se feitas as intimações às partes e ao Ministério Público pela só publicação dos atos no órgão oficial.
- (E) É nulo o processo, quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir. E se o processo tiver corrido, sem conhecimento do Ministério Público, o juiz o anulará a partir do momento em que o órgão devia ter sido intimado.

QUESTÃO 47

São efeitos da condenação criminal:

- I. A suspensão de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a 1 (um) ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública e quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos, restabelecendo-se o agente no cargo, função pública ou mandato eletivo, apenas depois de cumprida integralmente a pena;
 - II. A incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos a pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado;
 - III. A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso;
 - IV. A perda do direito à herança, no caso de crime doloso contra a vida de seus ascendentes;
- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 - (C) Apenas os itens I e IV estão corretos.
 - (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
 - (E) Apenas os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 48

Sobre a prescrição criminal, assinale a alternativa CORRETA:

- I. Antes de transitar em julgado a sentença final, o cômputo da prescrição regula-se pelo mínimo da pena privativa de liberdade cominada ao crime;
 - II. Depois de transitar em julgado a sentença condenatória, o cômputo da prescrição regula-se pela pena aplicada, salvo condenado reincidente, caso em que se verifica pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, aumentada de um terço;
 - III. Depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, o cômputo da prescrição regula-se pela pena aplicada;
 - IV. O cômputo da prescrição da pena de multa, se esta for a única aplicada, ocorrerá em 4 (quatro) anos;
- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 - (C) Apenas os itens I e IV estão corretos.
 - (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
 - (E) Apenas os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 49

O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 (dois) anos, desde que:

- I. Cumprido mais de um sexto da pena se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;
 - II. Cumprido mais de um quarto da pena se o condenado for reincidente em crime culposo;
 - III. Cumprida mais da metade se o condenado for reincidente em crime doloso;
 - IV. Cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza;
- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 - (C) Apenas os itens I e IV estão corretos.
 - (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
 - (E) Apenas os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 50

Analisar os itens abaixo sobre Ação Penal e assinalar a alternativa CORRETA:

- I. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada, pelo Ministério Público, no prazo legal;
- II. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção. Se essas informações trouxerem elementos que habilitem o Ministério Público a promover a ação penal, este dispensará o inquérito policial;
- III. Nos casos em que o Ministério Público desistir da ação penal, se o juiz considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa dos autos ao procurador-geral;
- IV. No caso de morte do acusado, o juiz, mesmo de posse da certidão de óbito, só declarará extinta a punibilidade depois de ouvido o Ministério Público;

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 51

Quanto à competência no Processo Penal, analise os itens a seguir e assinalar a alternativa CORRETA:

- I. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução;
- II. Se iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução. E, quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado;
- III. Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção;
- IV. Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção;

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 52

De acordo com a Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95) é CORRETO afirmar:

- I. Nos casos de contravenção penal ou crime cuja pena máxima aplicada não ultrapasse dois anos, havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta;
- II. Não se admitirá a proposta do Ministério Público quando se ficar comprovado que: o autor da infração já foi condenado, pela prática de crime, a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;
- III. Não se admitirá a proposta do Ministério Público quando, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como, os motivos e as circunstâncias do delito, não indicarem ser necessária e suficiente a adoção da medida;
- IV. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena;

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.

- (C) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 53

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre normas de prevenção. Analise os itens abaixo e assinalar a alternativa CORRETA:

- I. É livre a hospedagem de adolescentes em hotel, motel, pensão ou estabelecimentos congêneres. Já a hospedagem de crianças nesses ambientes só é permitida quando acompanhada pelos pais;
- II. A criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, ainda que desacompanhada dos pais ou responsável, se estiver acompanhada por pessoa maior de idade, que demonstre conhecer a criança;
- III. Na viagem de criança ou adolescente ao exterior, a autorização judicial é sempre indispensável;
- IV. Na viagem de criança ou adolescente ao exterior, a autorização judicial é dispensável se a criança ou adolescente estiver na companhia de pelo menos um dos pais;

- (A) Apenas os itens I e II estão incorretos.
- (B) Apenas os itens III e IV estão incorretos.
- (C) Apenas os itens I e IV estão incorretos.
- (D) Todos os itens estão incorretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 54

Sobre a Adoção é CORRETO afirmar:

- I. A adoção é medida que visa a proteção da criança e do adolescente, podendo ser utilizada independentemente de se esgotarem as possibilidades de manutenção na sua família natural;
- II. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, devendo este, ser pelo menos dezesseis anos mais velho do que o adotando;
- III. Os divorciados e os ex-companheiros não podem adotar conjuntamente;
- IV. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como, ter acesso ao processo de adoção, após completar 18 (dezoito) anos;

- (A) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- (B) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Apenas os itens I e III estão corretos.

QUESTÃO 55

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), compete ao Ministério Público:

- I. Conceder a remissão como forma de exclusão do processo;
- II. Promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães, bem como oficiar em todos os demais procedimentos da competência da justiça da infância e da juventude;
- III. Zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;
- IV. Requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços médicos, hospitalares, educacionais e de assistência social, públicos ou privados, para o desempenho de suas atribuições;

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.
- (E) Nenhum item está correto.

QUESTÃO 56

A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de

- (A) Ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor.
- (B) Reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.
- (C) Educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo.
- (D) Harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e não compatibilização da proteção do consumidor com o desenvolvimento econômico e tecnológico.
- (E) Racionalização e melhoria dos serviços públicos.

QUESTÃO 57

É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas, EXCETO:

- (A) Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.
- (B) Fornecer produto ou de serviço sem condicionar ao fornecimento de outro produto ou serviço.
- (C) Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
- (D) Exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva.
- (E) Deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério.

QUESTÃO 58

Sobre a cobrança de dívidas, a Lei nº 8.078/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) dispõe que:

- (A) Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente.
- (B) O consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento, podendo ser cobrado em qualquer horário no ambiente de trabalho.
- (C) O consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, podendo ser cobrado em sua residência, independentemente do horário.
- (D) O consumidor cobrado em quantia indevida, em qualquer hipótese, tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais.
- (E) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao triplo do que pagou em excesso.

QUESTÃO 59

De acordo com a Lei nº 6.938/81, NÃO é objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente:

- (A) A difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, a divulgação de dados e informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.
- (B) A imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.
- (C) O estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
- (D) A definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico são de competência exclusiva dos Estados.
- (E) A preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida.

QUESTÃO 60

Sobre a Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), marque a alternativa CORRETA:

- (A) Nas infrações penais previstas nesta Lei, a ação penal é pública condicionada.
- (B) Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente não levará em consideração a situação econômica do infrator, no caso de multa.

- (C) Nos termos da Lei, as penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas são apenas as de multa e as restritivas de direitos.
- (D) Não é crime o abate quando nocivo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.
- (E) Nos crimes previstos nesta Lei, a suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a dois anos.